

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

DISCIPLINA: GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
RESUMO
O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTA POR TIC SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS AULA 2 INTRODUÇÃO GESTÃO DE RISCOS OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS TRATAMENTO DOS RISCOS GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS AULA 3 INTRODUÇÃO ÁREAS DE CONTROLE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO AULA 4 INTRODUÇÃO CRİPTOGRAFIA SIMÉTRICA CRİPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA ASSINATURA DIGITAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS AULA 5 INTRODUÇÃO MONITORAMENTO DE TRÁFEGO REDES PRIVADAS

MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BEAL, A. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PRINCÍPIOS E MELHORES PRÁTICAS PARA A PROTEÇÃO DOS ATIVOS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.
- FONTES, E. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. 1. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2001.
- KIM, D. FUNDAMENTOS DE SEGURANÇA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. 1. ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 2014.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DE REDES DE COMPUTADORES

RESUMO

Denominamos como redes de computadores os sistemas compostos de computadores e dispositivos de comunicação interconectados, que possibilitam a troca de informações no formato digital – os bits. Os computadores são interligados por um meio de sistemas de comunicação, formando uma estrutura de computadores e outros dispositivos, meios de transmissão, softwares de rede e equipamentos de comunicação. Uma rede – network ou simplesmente net – também é denominada DCN – Data Communication Network. Simplificando ao máximo, podemos dizer que uma rede de computadores é a utilização de computadores junto com os sistemas de comunicação de dados: Computador + Comunicação = DCN – Data Communications and Computer Network.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

REDES DE COMPUTADORES – ASPECTOS TÉCNICOS

MEIOS DE TRANSMISSÃO

TOPOLOGIA (OU ARQUITETURA) DE REDES

ATIVOS DE REDE

AULA 2

INTRODUÇÃO

PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA

SEGURANÇA NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

SEGURANÇA DE RECURSOS HUMANOS E DOS PROCESSOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

PROCESSO CRIPTOGRÁFICO
CIFRAS SIMÉTRICAS
CIFRAS ASSIMÉTRICAS
RESUMO CRIPTOGRÁFICO

AULA 4

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA DA COMUNICAÇÃO
AUTENTICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
ASSINATURA E CERTIFICADOS DIGITAIS
SEGURANÇA EM REDES IP E WIRELESS

AULA 5

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA DE APLICAÇÕES
SEGURANÇA EM MOBILE COMPUTING
SEGURANÇA EM CLOUD COMPUTING
SEGURANÇA EM IOT

AULA 6

INTRODUÇÃO
TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE REDE
BOAS PRÁTICAS
MONITORAMENTO E GESTÃO
CAIXA DE FERRAMENTAS

BIBLIOGRAFIAS

- PAULO, L. G. de. Redes de computadores. Curitiba: Uninter, 2015.
- STALLINGS, W. Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- VELHO, J. A. Tratado de Computação Forense. Campinas: Millenium Editora, 2016.

DISCIPLINA:

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

RESUMO

A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS
GOVERNANÇA
ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO
PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GREEN IT E SUSTENTABILIDADE
ENERGIA LIMPA E LEAN
ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI
POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA

AULA 3

QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA
GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI
BOAS PRÁTICAS DE TI
NORMAS ISO/IEC
FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI

AULA 4

ITIL
ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS
TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO
MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI
CERTIFICAÇÃO

AULA 5

ISACA E COBIT
COBIT 5
MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI
GOVERNANÇA E GESTÃO
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

AULA 6

ITIL X COBIT
GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)
GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS
MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)
TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

BIBLIOGRAFIAS

- ANGELONI, M. T. (org.). Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out., 1988.
- CACAU SHOW. Disponível em: www.cacaushow.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.

DISCIPLINA:
DIREITO CIBERNÉTICO

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

DIREITO PENAL

DIREITO CIVIL

DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AULA 3

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET

DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS

DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET

DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO

POR TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA TRANSPARÊNCIA

DOS DIREITOS DO TITULAR

A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DE DADOS

AULA 5

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL

DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS

DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP

ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO

MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

AULA 6

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS
LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS
A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS
A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Poder Executivo. Brasília/DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DISCIPLINA:

FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAÇÕES

RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS INICIAIS
MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO
FRAUDES
DOCUMENTOS
HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

AULA 2

CONCEITOS INICIAIS
ESCRITA
PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA
LEIS DO GRAFISMO
A PERÍCIA

AULA 3

CONCEITOS INICIAIS
OS ELEMENTOS ESTÁTICOS
ELEMENTOS OBJETIVOS
ELEMENTOS SUBJETIVOS
TIPOS DE FALSIFICAÇÃO

AULA 4

CONCEITOS INICIAIS
EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL

AULA 5

O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE

AULA 6

FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS
ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014

BIBLIOGRAFIAS

- BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.a.sp.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

DISCIPLINA:

DIREITO DIGITAL APLICADO

RESUMO

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA
MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET
O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET
UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM

REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?

PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS

PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

AULA 3

INTRODUÇÃO

A SOCIEDADE DE ALGORITMOS

VIESES DE ALGORITMOS

O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?

COMPLIANCE DE ALGORITMOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET

O DIREITO AO ESQUECIMENTO

NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA

O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD

DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA

SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?

O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, C. A Cauda Longa: Do Mercado de Massa para o Mercado de Nicho. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006
- ANDERSON, C.. Free: Grátis: O Futuro Dos Preços. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.
- ALÉM dos Games! Fortnite Foi O Fenômeno Cultural de 2018. UOL, 7 jan. 2019.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO, ÉTICA E CONFORMIDADE

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE DIREITO

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

FONTES DO DIREITO

CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM

VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

AULA 2

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR

LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998)

CONTRATO DE LICENÇA DE USO

PIRATARIA DE SOFTWARE

RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE
PIRATARIA DE SOFTWARE

AULA 3

O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL

O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL

O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC

A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC

DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

AULA 4

BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTORREGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE
NOS NEGÓCIOS DIGITAIS

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET

DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET

DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE
APLICAÇÃO DE INTERNET

A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS
POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO

AULA 5

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES

AULA 6

CRIMES VIRTUAIS

A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES

PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMÁTICOS

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0

PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, J. de S. Tripartição dos Poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13914-de-29-de-janeiro-de-2018>.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf>.

DISCIPLINA:

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

DISCIPLINA: DIREITO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
RESUMO
Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO DE DIREITO LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO FONTES DO DIREITO CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS
AULA 2 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998) CONTRATO DE LICENÇA DE USO PIRATARIA DE SOFTWARE RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE PIRATARIA DE SOFTWARE
AULA 3 O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
AULA 4 BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTO REGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE NOS NEGÓCIOS DIGITAIS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE APLICAÇÃO DE INTERNET

A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS

AULA 5

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL

DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD

CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS

CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 6

CRIMES VIRTUAIS

A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES

PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMATIVOS

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0

PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, J. de S. Tripartição dos Poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13914-de-29-de-janeiro-de-2018>.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf>.

DISCIPLINA:

SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ARQUITETURA DE UM SGBD E SEUS ASPECTOS OPERACIONAIS

TIPOS DE BANCO DE DADOS E PRINCIPAIS SGBD

CONFIGURAÇÕES UTILIZADAS NA CRIAÇÃO DE UM DB

CRIAÇÃO DE USUÁRIOS

ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS

AULA 2

EXPLORANDO FUNCIONALIDADES ADMINISTRATIVAS

TABELAS DO SISTEMA

GERENCIAMENTO DINÂMICO

BACKUP COMPLETO E PARCIAL

RECUPERAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS

AULA 3

ANÁLISE DE DESEMPENHO E ATIVIDADES
CONFIDENCIALIDADE E AMEAÇAS
GESTÃO DE SEGURANÇA, CERTIFICADOS E CRIPTOGRAFIA
DISPONIBILIDADE E INTEGRIDADE DOS DADOS
AUDITORIA

AULA 4

MANUTENÇÃO DE UM SGBD
IMPORTAR/EXPORTAR DADOS
REPLICAÇÃO DE DADOS
MIGRAÇÃO DE DADOS
VERIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO EM DISCO

AULA 5

NORMALIZAÇÃO DE DADOS
CONTROLE DE CONCORRÊNCIA
OTIMIZAÇÃO DE CONSULTAS
ESTATÍSTICAS DE CONSULTA
OTIMIZANDO UM DB NO MYSQL UTILIZANDO ÍNDICES

AULA 6

BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS
DATA WAREHOUSE
DATA LAKE
NOSQL
CIÊNCIA DE DADOS

DISCIPLINA:

SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS

RESUMO

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
OS OBJETIVOS DA AUDITORIA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)
ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO

PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

AULA 2

DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)
AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI
AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

AULA 3

O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS
OS DETALHES DO PLANEJAMENTO
A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA
ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE
PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

AULA 4

FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
CONTROLES INTERNOS EM TI: PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS
TIPOS DE CONTROLES INTERNOS
AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI
ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

AULA 5

COMPLIANCE
NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS
COBIT
ITIL
NORMA ISO 17799

AULA 6

FERRAMENTAS DE AUDITORIA
FERRAMENTAS GENERALISTAS
FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS
FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL
SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.

DISCIPLINA:

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HOMO SAPIENS
A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS
AS LEIS E OS CÓDIGOS
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

AULA 2

CRIME
DOLO E CULPA
CRIMES CONTRA A HONRA
AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO
A PROVA

AULA 3

ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
OS LOGS
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

AULA 4

OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

AULA 5

REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

AULA 6

ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/>.
- HAMMERSCHIMDT, R. 10 dicas para saber se um site é confiável. Tecmundo, 2 jun. 2012. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/seguranca/1194-10-dicas-paradescobrir-se-um-site-e-confiavel.htm>.